



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
GABINETE DO MINISTRO**

Em conformidade com o Decreto N° 10.829 de 05 de outubro de 2021

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Diogo Ferreira Barros Medeiros de Souza

Cargo efetivo: Sem vínculo

Cargo comissionado: Diretor de Fomento, Empreendedorismo e Economia Digital do Esporte, código CCE 1.15

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Graduação em Direito

Instituição: Associação Educacional Toledo (Toledo Prudente)

Conclusão: janeiro 2006

Curso: Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) em Direito – área de concentração Direito Desportivo

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP

Conclusão: ainda não concluído

Currículo no Lattes (link):

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: AK Direito na Comunicação e no Esporte

Cargo: Advogado

Período: fevereiro de 2024 a outubro de 2024

Descrição: atuação principal em trabalhos de fomento com o planejamento de projetos incentivados utilizando a Lei de Incentivo ao Esporte, Cultura e Educação e Justiça Desportiva;

Empresa/Órgão: Ferreira Netto Advogados

Cargo: Advogado

Período: janeiro 2010 a 2024

Descrição: analisando, estruturando e assessorando Órgãos Públicos – Municipais e Estaduais na área de Direito Público/Administrativo -, em especial em Licitações e Contratos junto aos Tribunais de Contas;

Autor e Coautor em livros:

1.FEDERIGHI, A. C. P., & SOUZA, D. F. B. M. de. (2021). O “Fla-Flu” da Tributação do Streaming do Futebol: Impactos Jurídicos na Competitividade. Revista Direito Tributário Atual, (49), 57-80.

Recuperado de <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/965>

Qualis-periódico B3

<https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/965/1628> (texto em pdf na íntegra)

REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL (RDTA) 49 – ISSN 1415-8124



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
GABINETE DO MINISTRO**

Em conformidade com o Decreto N° 10.829 de 05 de outubro de 2021

2. Catalogação na Publicação (CIP)

A664

SOUZA, D. F. B. M. de. Arbitragem Desportiva Internacional: um olhar entre o público e o privado. In: FINKELSTEIN, Cláudio [org.]. Arbitragem e Direito: estudos pós-graduados. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2021. p 161-182.

ISBN 978-65-5589-417-2

1.Direito. 2. Direito Público. 3. Direito Privado. I. Finkelstein, Cláudio, 1964-. II. Título.

CDDir: 341

3.SOUZA, D. F. B. M. de. A possibilidade de um direito injusto. In: SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite dos; ARAÚJO, Marilene [org.]. Poder, Justiça e Direito: estudos à luz do sistema jurídico inglês. São Paulo: Max Limonad, 2021. p 181.

4.SOUZA, D. F. B. M. de. Constituição Suíça. In: SOUZA, Gustavo Lopes Pires de [coord.]; RAMALHO, Carlos Santiago da Silva [org.]. Direito Desportivo: Primeiras Linhas. Belo Horizonte: Editora Expert. 2021. p 144.

ISBN 978-65-89904-25-0

1.Direito Desportivo 2.Direito 3.Esportes

CDU 34.796(81) 1 Brasil: Direito Desportivo

5.SOUZA, D. F. B. M. de. Reflexões sobre a Teoria Geral dos Sistemas de Luhmann e o Direito Desportivo no Brasil. Revista Academia Nacional de Direito Desportivo (ANDD) – ano 7, n 6 (JUL/dez 2021) – Brasília ANDD, 2021. Semestral. Organização: Gabriel Caputo Bastos Serra e Ana Cristina Mizutori Romero. p 151.

ISSN 2526-3110

6.SOUZA, D. F. B. M. de; ZAINAGHI, Luis Guilherme Krenek. Formação Desportiva: Breves Reflexões. Revista da Sociedade Brasileira de Direito Desportivo. Volume 3:2021. Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação Ltda.

ISSN 2674-8525

1.Esportes – Brasil – Legislação 2.Direito Desportivo – Brasil. I.Título

7.SOUZA, D. F. B. M. de; ROMERO, Ana Cristina Mizutori. Breves Reflexões Sobre a Sociedade Anônima do Futebol: cases e conflitos. Estudos em Homenagem ao Prof. Dr. Paulo Feuz. Coordenação científica: Flávia de Almeida de Oliveira Zanini e Carlos Santiago da Silva Ramalho. – 1 ed. – Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2023. p 179.

ISBN 978-65-5589-893-4

1.Direito 2.Esporte – Aspectos Jurídicos 3.Feuz, Paulo Sérgio I. Zanini, Flávia de Oliveira de Almeida II.Ramalho, Carlos Santiago da Silva.

8.Artigos e resenhas em Direito Desportivo para o hub Lei em Campo.

9.Palestras sobre Direito Desportivo, Olimpismo, Negócios na cadeia produtiva do Esporte, e Lei de Incentivo Esportivo.



**MINISTÉRIO DO ESPORTE
GABINETE DO MINISTRO**

Em conformidade com o Decreto N° 10.829 de 05 de outubro de 2021

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 9.727)

Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

E

Experiência profissional de, no mínimo, cinco anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

OU

Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a DAS de nível 3 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, três anos;

OU

Possuir título de especialista, mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

OU

Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 9º do Decreto 9.727/2019.

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.